

**Maricá e Niterói: Novos “Emirados” Fluminenses?**  
**Uma Avaliação da Relação entre Rendas Petrolíferas e Empregos**  
**Formais nos Municípios de Maricá e Niterói**

Alcimar Abreu Silveira<sup>1</sup>

Carlos Filipe Mocaiber Lopes<sup>2</sup>

Luis Henrique Borges<sup>3</sup>

Richard Frederico Henriques de Castro<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Arquiteto e Urbanista, Professor do Centro Universitário Uniredentor, campus Itaperuna-RJ. Mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades (Universidade Candido Mendes). e-mail: alcimarsilveira@hotmail.com.

<sup>2</sup> Administrador, Pós-Graduado em Gestão Hospitalar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades (Universidade Candido Mendes). e-mail: filipemocaiber@gmail.com

<sup>3</sup> Bacharel em Direito, Professor da Faculdade CNEC de Rio das Ostras, Pós-Graduado em Direito Civil e Direito Processual Civil (UNIGRANRIO), Procurador do Município de Rio das Ostras. Mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades (Universidade Candido Mendes). e-mail: luishborges@gmail.com

<sup>4</sup> Bacharel em Comunicação Social (UNIFLU), Pós-Graduado em Gestão Empresarial (FGV). Mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades (Universidade Candido Mendes). e-mail: richard.f.castro@hotmail.com

## **Maricá e Niterói: Novos “Emirados” Fluminenses?**

### **Uma Avaliação da Relação entre Rendas Petrolíferas e Empregos Formais nos Municípios de Maricá e Niterói**

#### **Resumo:**

A queda acentuada no preço do barril de petróleo no mercado internacional, ocorrida a partir de 2016, provocou forte impacto na economia dos municípios fluminenses. Ao mesmo tempo, este período marca o declínio da produção dos poços localizados na Bacia de Campos e o crescimento da produção do pré-sal da Bacia de Santos. Com as quedas dos preços e da produção do petróleo ocorreu forte redução das verbas petrolíferas que impactaram os municípios do norte fluminense. Na contramão deste momento de crise foi detectado, em estudo anterior, que nos municípios de Maricá e Niterói ocorreu o crescimento contínuo do recebimento das verbas petrolíferas, que pode ocasionar o processo de dependência orçamentária, como já ocorre em outros municípios petrorentistas. Na busca da verificação de outros indicadores destes municípios iremos avaliar as estimativas de crescimento da população e da criação de empregos nos setores produtivos, como forma de identificar uma possível relação entre renda, população e emprego.

**Palavras-chave:** Crise, verbas petrolíferas, emprego, dependência orçamentária.

#### **Abstract:**

The steep drop in the price of the oil barrel in the international market, which took place from 2016, resulted in a strong impact on the economy of the Fluminense municipalities. At the same time, this period marks the decline in the production of wells located in the field basin and the growth of the salt production of the Santos basin. With the fall in prices and the production of oil there was a strong reduction in the oil money that impacted the municipalities of the North Fluminense. On the contrary of this moment of crisis was detected, in previous study, that the municipalities of Maricá and Niterói took place the continuous growth of the receipt of the petroleum funds, which can cause a reprinting of the process of budget dependence in these Municipalities. In the search for verification of other indicators of these municipalities we will assess the estimates of population growth and the creation of jobs in the productive sectors, as a way to identify a possible relationship between income, population and employment.

**Key words:** Crisis, oil money, employment, budget dependence.

#### **1 – Introdução**

A instabilidade deve ser a característica de maior impacto na indústria do petróleo. O mercado internacional está sujeito a uma quantidade expressiva de variantes, que podem envolver, como exemplifica Monié (2012): a geopolítica dos países produtores, sempre muito sensível; a descoberta de novos campos de produção; o aumento ou diminuição da produção de óleo e gás ou o desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de exploração e produção, somente para citar algumas.

Neste contexto, explica Silva (2015), o preço de barril de petróleo no mercado internacional pode apresentar uma variação de extrema. Entre 2014 e 2016 o preço caiu de mais de US\$ 100,00 (cem dólares) para abaixo de US\$ 30,00 (trinta dólares). Logicamente, os efeitos em determinados países são devastadores em outros nem tanto, de qualquer forma todos sentem algum reflexo, considerando que a matriz energética mundial está baseada na queima dos combustíveis fósseis (óleo, gás e carvão) para obtenção de energia.

Verificando os impactos recentes deste comportamento do preço internacional do barril de petróleo, na escala regional, mais precisamente nos municípios “produtores” de petróleo do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), considerando os municípios enquadrados na Zona Principal de Produção das Bacias de Campos e Santos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), deve-se novamente destacar o processo histórico de dependência orçamentária dos municípios “produtores” do ERJ. Conforme, exposto por Silva (2013), nos últimos dez anos, a região Norte Fluminense, composta em sua quase totalidade por municípios localizados na denominada Zona de Produção Principal, tem recebido volumes quase sempre crescentes e significativos de recursos financeiros provenientes de compensações petrolíferas.

Segundo Monié (2012), as Zonas de Produção Principal “são formada pelos municípios confrontantes e o município que concentrar instalações industriais para o processamento, tratamento, armazenamento e escoamento do petróleo e gás”.

Inegável afirmar que a edição da Lei nº 9.478 de 1997, foi o marco inicial da nova dinâmica econômica para os municípios “produtores” do ERJ, em decorrência do fluxo das Rendas Petrolíferas (RP), ou seja, das verbas pagas em razão da exploração de petróleo e gás natural, na forma de Royalties e Participações Especiais.

Outro marco significativo para os municípios “produtores” do ERJ foi a descoberta de promissores campos de petróleo e gás na camada de pré-sal da Bacia de Santos (SILVEIRA; LOPES; BORGES; CASTRO, 2017). Se nos primeiros 30 anos de exploração da indústria do petróleo a Bacia de Campos era a única que detinha elevado grau de importância, a descoberta e o início da exploração de óleo e gás na Bacia de Santos trouxe nova dinâmica para o ERJ. Os municípios enquadrados na Zona de Produção Principal da Bacia de Santos, principalmente, Maricá e Niterói despontam como novos protagonistas no recebimento de Royalties<sup>1</sup> e Participações Especiais<sup>2</sup>.

Assim sendo, temos um percurso histórico perfeitamente delineado, um primeiro momento marcado pela presença dos recursos em abundância e dependência orçamentária. No segundo momento, surge a crise decorrente, principalmente da queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, que segundo Pinto Junior (2016), ocorreu impactos negativos ocorrem tanto no nível governamental, que tiveram suas participações das Rendas Petrolíferas reduzidas, trazendo consequências diretas a execuções das políticas públicas, quanto no nível empresarial, que levou a uma revisão geral dos planos de negócios, conseqüentemente, como será visto neste trabalho, trazendo impacto direto no emprego. Isso, sem atermos nas questões internas provocadas pela atuação da Polícia Federal, Ministério Público Federal e Poder Judiciário. Por fim, as tentativas do processo de retomada do crescimento econômico da região.

O objetivo específico do presente artigo é revelar a existência de uma relação entre crescimento das Rendas Petrolíferas, com o aumento da população e possível desenvolvimento local aferido pela oferta de emprego. Com relação a metodologia, o artigo adotará o método qualitativo utilizando a pesquisa documental, bibliográfica e levará em conta os resultados de um estudo anterior, onde ficou constatado que apenas os municípios de Maricá e Niterói obtiveram resultados distintos dos demais municípios fluminenses enquadrados na Zona de Produção Principal. O segundo capítulo vamos utilizar alguns resultados do estudo anterior, mostrar os novos dados de Rendas Petrolíferas (ou verbas petrolíferas); o terceiro capítulo será específico sobre a abordagem dos dados de empregos formais e as análises da relação entre estas duas dimensões; seguindo para Considerações Finais.

## 2 – Evolução das Rendas Petrolíferas

Em um estudo feito por estes mesmos autores no ano de 2017 (SILVEIRA; LOPES; BORGES; CASTRO, 2017), de título “*Rendas Petrolíferas, do auge à crise: os efeitos nos orçamentos públicos e na renda per capita dos municípios produtores do Estado do Rio de Janeiro*”, onde se buscava analisar a evolução das Rendas Petrolíferas nos municípios produtores de petróleo do ERJ nos anos de 1999, 2013 e 2016, anos que marcaram o início do recebimento dos Royalties de petróleo, o auge dos pagamentos e a queda nos valores recebidos, respectivamente, notou-se que Maricá e Niterói apresentavam comportamentos diferentes dos demais municípios, como se pode observar no Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução das Verbas Petrolíferas\* no Estado e Municípios Produtores do RJ

Beneficiário	Verbas Petrolíferas 1999 (R\$)	Verbas Petrolíferas 2013 (R\$)	Verbas Petrolíferas 2016 (R\$)	Δ 2013x1999	Δ 2016x2013
Armação dos Búzios	21.970.295	109.442.902	31.451.076	398%	-71%
Arraial do Cabo	2.865.351	58.046.781	37.467.113	1926%	-35%
Cabo Frio	42.709.302	428.252.784	87.379.610	903%	-80%
Casimiro de Abreu	19.615.686	157.278.201	34.791.802	702%	-78%
Rio das Ostras	68.350.062	423.247.923	87.226.013	519%	-79%
Campos dos Goytacazes	183.872.947	1.689.802.614	361.930.836	819%	-79%
Carapebus	20.380.029	49.029.956	18.942.906	141%	-61%
Macaé	120.222.038	673.495.510	273.165.398	460%	-59%
Quissamã	51.421.727	123.590.703	41.323.254	140%	-67%
São João da Barra	17.297.906	296.339.143	92.291.016	1613%	-69%
<b>Maricá</b>	-	<b>197.485.336</b>	<b>352.806.549</b>	<b>0%</b>	<b>79%</b>
<b>Niterói</b>	<b>677.603</b>	<b>179.765.941</b>	<b>272.854.148</b>	<b>26430%</b>	<b>52%</b>
Rio de Janeiro	815.914.018	10.649.434.205	3.915.929.178	1205%	-63%

\* Verbas Petrolíferas - Royalties + Participações Especiais  
Fonte Royalties + Part Especial: Info Royalties (corrigidos pelo INPC)  
Δ (delta) - variação entre valores analisados

A evolução nas Rendas Petrolíferas de Maricá e Niterói são explicadas pelas suas localizações geográficas. Diferentemente dos demais municípios estudados em 2017, que estão alocados na Bacia de Campos, Maricá e Niterói fazem parte da Bacia de Santos, que transformou-se nos últimos anos em uma promissora região de exploração e produção de petróleo na camada pré-sal.

As observações feitas no trabalho de 2017 suscitaram a necessidade de continuidade dos estudos acerca do comportamento das Rendas Petrolíferas nos dois municípios de destaque, especialmente sobre a evolução no recebimento destas

verbas indenizatórias, bem como sobre a importância das RP no orçamento total destes municípios.

Em relação a evolução das RP, de acordo com a tabela 2, nota-se que Maricá e Niterói continuam evoluindo em seus recebimentos, com crescimentos substanciais e contínuos, chegando a atingir aproximadamente em 2017 as cifras de 815 e 707 milhões de reais, respectivamente. Valores estes que representam um aumento acima de 200% sobre as verbas recebidas em 2016, e que são aproximadamente 4 vezes o volume de verbas recebidas em 2013, ano de que representou o auge no recebimento de RP para os municípios produtores da Bacia de Campos.

Tabela 2 - Evolução das Verbas Petrolíferas\* Niterói e Maricá

Beneficiário	Verbas Petrolíferas 1999 (R\$)	Verbas Petrolíferas 2013 (R\$)	Verbas Petrolíferas 2016 (R\$)	Verbas Petrolíferas 2017 (R\$)	Δ 2013x1999	Δ 2016x2013	Δ 2017x2016
Maricá	-	200.366.257	358.629.617	815.351.614	0%	79%	227%
Niterói	687.488	182.388.371	277.228.510	706.880.764	26430%	52%	255%

\* Verbas Petrolíferas - Royalties + Participações Especiais (acesso em 25/06/2018)

Fonte Royalties + Part Especial: Info Royalties (corrigidos pelo INPC)

Δ (delta) - variação entre valores analisados

Historicamente uma consequência natural observada em municípios recebedores de volumosas verbas indenizatórias provenientes da exploração e produção de petróleo é a dependência orçamentária, que, num primeiro momento, estimula o crescimento através de grandes investimentos, como apontam Piquet e Silva (2014), porém, por outro lado reduz o esforço do beneficiário em buscar recursos através de arrecadação própria. De acordo com o gráfico 1, com o contínuo crescimento das RP, observa-se que essas estão se tornando cada vez mais importantes na composição orçamentária municipal, atingindo seus maiores índices de contribuição para os orçamentos destes dois municípios em 2017.

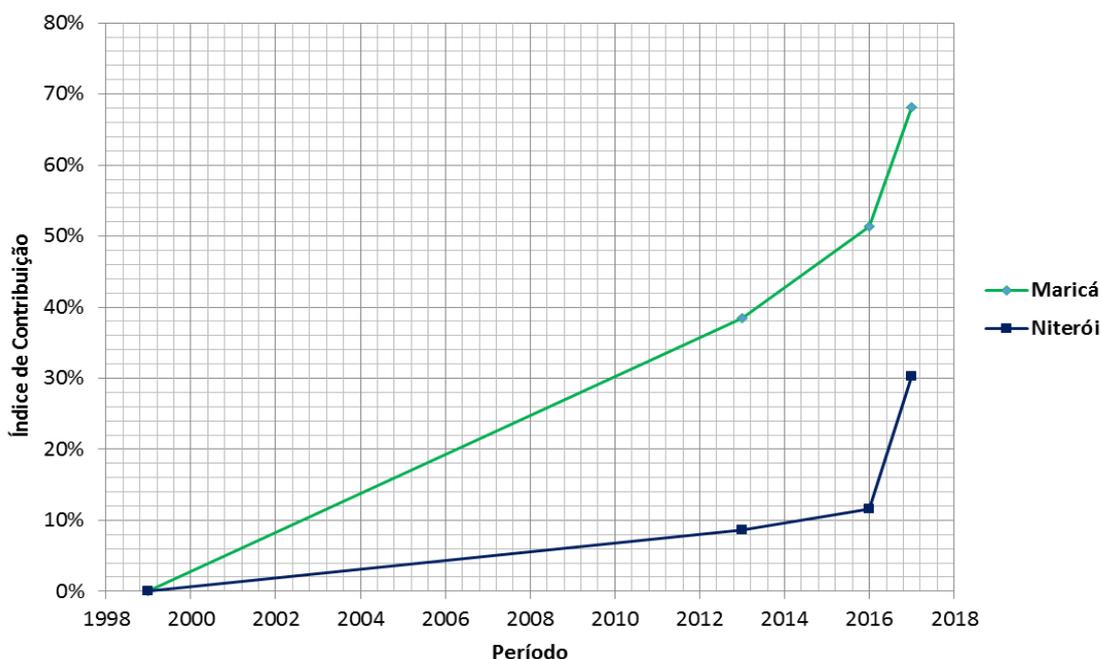
Complementa Serra (2007), concluindo que, as próprias empresas privadas, como faculdades, hospitais, clubes esportivos, etc., também não conseguem alcançar uma autonomia indireta e as vezes diretamente do ente federativo, ficando estes vulneráveis e dependente das RP que fomentam a economia através de repasses dos municípios.

Nesta esteira, o município de Niterói contou com uma contribuição de 30,2% das RP em sua receita orçamentária total no ano de 2017. Considerando que em 2013 a participação destas verbas no orçamento municipal era de 8,7% e no ano de 2016

esta contribuição foi de 11.7%, podemos concluir que a importância das RP no orçamento de Niterói vem crescendo aceleradamente, caracterizando uma possível dependência orçamentária num futuro próximo.

Mas é no município de Maricá que a importância das RP na receita orçamentária se destaca. No ano de 2017 as verbas indenizatórias atingiram o índice de 68,2% de contribuição para a composição do orçamento municipal. Ao observar a evolução desta contribuição, onde em 2013 era 38,4% e em 2016 de 51,3%, percebe-se um cenário bastante propício para a criação de uma importante dependência orçamentária já, aparentemente, estabelecida em 2017.

**Gráfico 1 - Contribuição das Rendas Petrolíferas\* na Receita Orçamentária em Maricá e Niterói**



\* Rendas Petrolíferas - Royalties + Participações Especiais

Fonte Royalties + Part. Especiais: Info Royalties (valores correntes) - Acesso em 23/07/2018

Fonte Receitas Orçamentárias(1999/2013/2016): Tribunal de Contas do Estado do RJ

Fonte Receita Orçamentária Maricá (2017): Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Pref. de Maricá de 26/06/2018

Fonte Receita Orçamentária Niterói (2017): Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Pref. de Niterói de 02/02/2018

### 3 – Rendas Petrolíferas e Empregos Formais

Um dado que merece destaque ao estudar estes dois municípios é o aumento populacional previsto pelo IBGE. Crescimento populacional é um fator de extrema relevância no planejamento urbano, pois se ocorrer de forma desordenada cria forte pressão sobre o aparelho público através de crescentes demandas por serviços básicos como saúde, habitação, educação, saneamento básico, segurança, somente para citar algumas. Como observa-se na tabela 3, ambos municípios apresentam estimativas de crescimento populacional, mas é em Maricá que o crescimento parece ser mais preocupante. Percebe-se um crescimento significativamente superior ao crescimento estimado para o Estado do Rio de Janeiro, assim como acontece também quando comparado ao crescimento estimado para o Brasil.

**Tabela 3 - Estimativa de crescimento populacional**

Estimativa Populacional	Ano		Variação 2017 x 2007
	2007	2017	
Maricá	105.294	153.008	45,3%
Niterói	474.002	499.028	5,3%
Est. Rio de Janeiro	15.420.375	16.718.956	8,4%
Brasil	183.987.291	207.660.929	12,9%

Fonte: IBGE - estimativa oficial (acesso em 31/07/2018)

De todas as demandas que são aumentadas em virtude do crescimento populacional uma das mais importantes é a demanda por oportunidades de emprego. Espera-se que em algum momento as RP se convertam em criação de empregos, especialmente através do uso planejado seguindo os preceitos do desenvolvimento sustentável.

No entanto, caso não seja adotada medidas que aproveitem esta oportunidade oferecida a estes novos players (Niterói e Maricá), que busque um desenvolvimento sustentável, não focando somente no presente, mas com o com a perspectiva intergeracional, estes municípios também poderão cair nas mesmas armadilhas que os demais municípios produtores de petróleo do ERJ, ou seja, explana Cruz (2015):

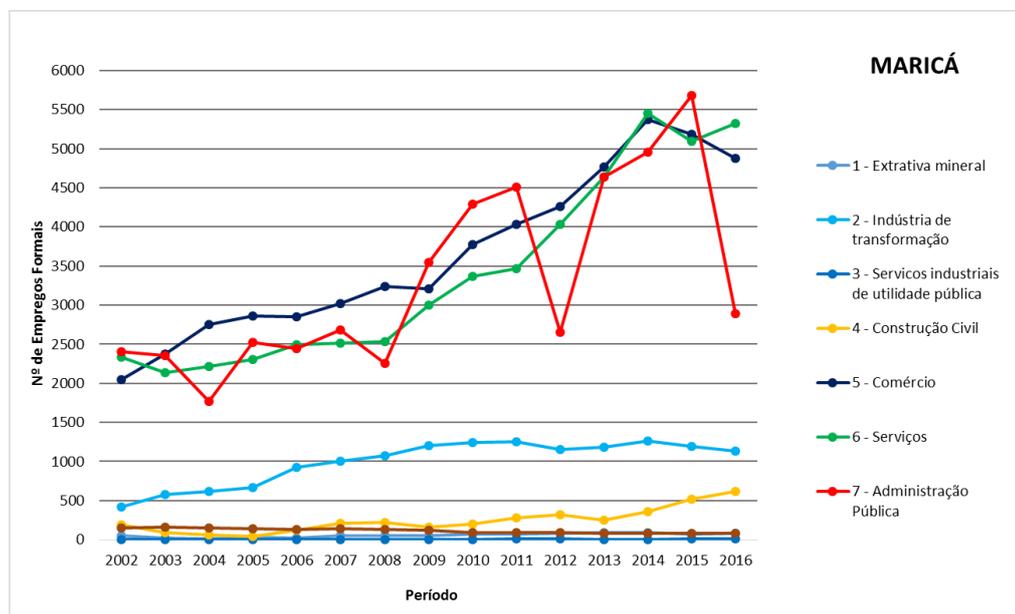
- Rápido e intenso crescimento demográfico e da concentração urbana; aprofundamento da concentração, da polarização e do monopólio dos recursos territoriais regionais.
- Impactos ambientais negativos.
- Demanda de infraestrutura econômica, social e urbana: moradia, saneamento, urbanização, iluminação pública, transporte e sistema viário, dentre outros.

- Demanda crescente de trabalho e emprego; de fortalecimento e de implantação de atividades econômicas que promovam a inclusão produtiva em condições cidadãs

No município de Maricá, de acordo com o gráfico 2, nota-se forte tendência de crescimento do emprego formal desde o ano de 2002, com apresentação de queda a partir de 2014 nos setores de Serviços, Comércio e Indústria de Transformação. Mostra também queda bem acentuada no setor de Administração Pública de 2015 para 2016. Comparando o ano de 2016 com o ano de 2014, ocorreu em Maricá a extinção de 2.574 postos de trabalho, que correspondem a uma diminuição de 14,6% dos empregos formais existentes em 2014. Nesta diminuição o setor de Administração Pública teve forte influência com a diminuição de 2.065 postos de trabalho, o que corresponde a 80% de todos os empregos diminuídos.

Contrariando esta tendência de diminuição dos empregos formais em Maricá está o setor de Construção Civil, que teve um aumento 70,6% em 2016 versus 2014.

**Gráfico 2 – Estoque de Empregos Formais no Município de Maricá**



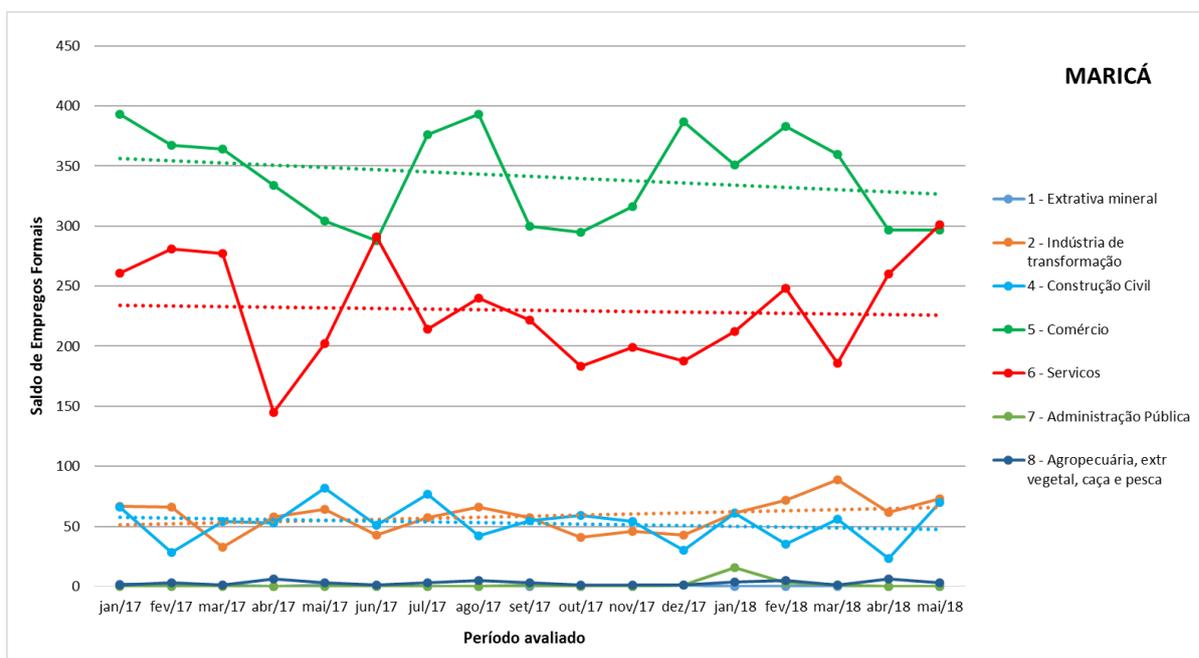
Fonte: RAIS – Setor IBGE (acesso em 25/06/2018)

Os dados de empregos formais até 2016 em Maricá mostram tendência de crescimento, apesar da queda a partir de 2014, muito caracterizada por uma ação específica da Administração Pública, como já observado. Essa tendência de

crescimento de empregos segue na mesma tendência de aumento populacional e o forte incremento que vem sendo feito nos pagamentos das RP, mas ainda não se pode afirmar relação direta entre elas.

Conforme demonstra o gráfico 3, que sinaliza a criação de empregos com base nas informações sobre saldos de empregos formais em Maricá, os setores Comércio e Serviços mantem a tendência de queda de postos de trabalho, como já visto no gráfico 2 (RAIS – Setor IBGE). O setor de Construção Civil, apesar de ter crescido em vagas de empregos formais entre os anos de 2010 e 2016, de acordo com o gráfico 3, entre janeiro de 2017 e maio de 2018, apresenta leve tendência de queda. Na análise de saldos de empregos formais, o setor da Indústria de Transformação apresenta tendência positiva, contrariando a diminuição do estoque total de empregos formais nesta cidade.

**Gráfico 3 – Saldo de Empregos Formais no Município de Maricá**



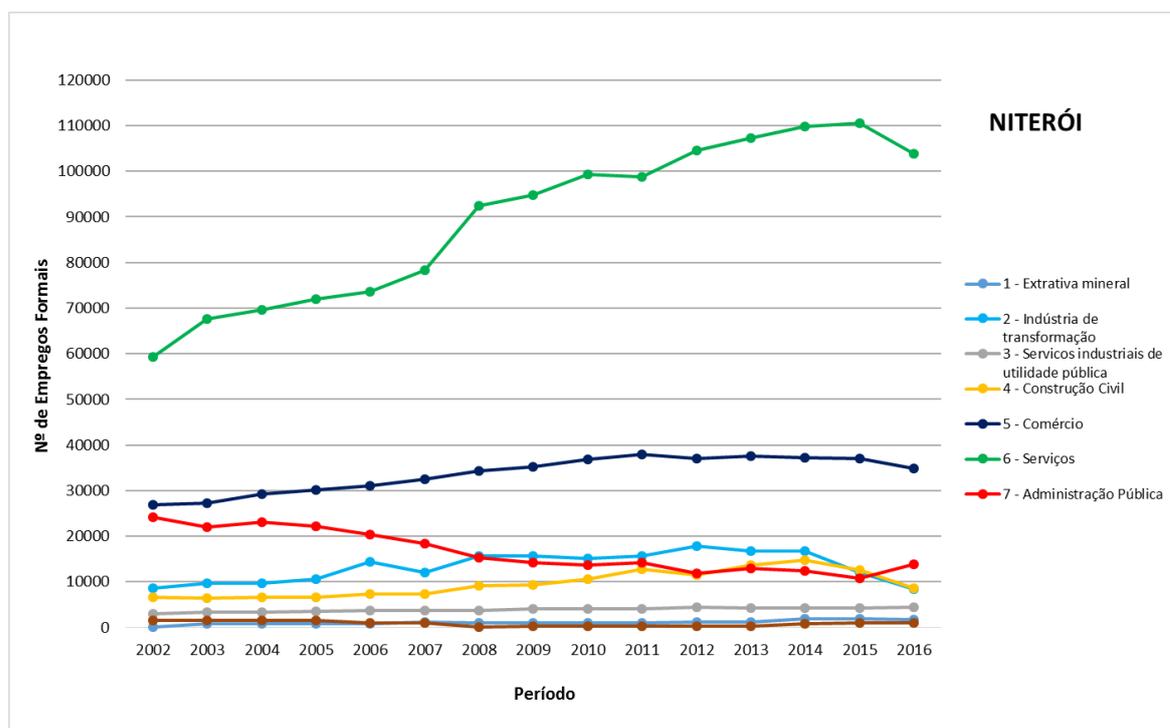
Fonte: CAGED – Setor IBGE (acesso em 05/07/2018)

Em relação a Niterói observa-se um comportamento na movimentação do estoque empregos formais diferente do observado em Maricá. De acordo com o gráfico 4 pode-se notar que desde 2002 o setor Serviços apresentou crescimento bastante acentuado. Também nota-se neste mesmo período crescimento (mais

suave) nos setores de Comércio, Indústria de Transformação e Construção Civil. Mas a partir de 2014 observa-se que o estoque de empregos formais em Niterói apresenta queda.

Comparando os números de postos de trabalho de 2016 versus 2014, conclui-se que houve uma redução de 21.166 posições, o equivalente a 10,7% do total de empregos formais que existiam em 2014. Ao se analisar cada setor, o da Indústria de Transformação foi o mais impactando neste período com uma diminuição de 8.275 vagas, que representa um perda de 49% dos empregos existentes neste setor em 2014; seguido pela Construção Civil que perdeu 6.074 postos de trabalho ou 41% das posições que este setor tinha em 2014.

**Gráfico 4 – Estoque de Empregos Formais no município de Niterói**



Fonte: RAIS – Setor IBGE (acesso em 25/06/2018)

No caso de Niterói não se percebe qualquer relação de seu estoque de empregos formais com as RP recebidas. De acordo com a tabela 4, aparentemente a diminuição de postos de trabalho seguem a tendência negativa observada no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. As diminuições nos estoques totais de empregos formais foram similares nos três níveis, assim como os setores mais afetados em Niterói -

Indústria de Transformação e Construção Civil - também foram significativamente afetados no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

**Tabela 4 - Evolução de Empregos Formais em Niterói, ERJ e Brasil**

Evolução de Empregos - 2016 x 2014			
IBGE Setor	Niterói	Est. RJ	Brasil
<b>Total de Empregos</b>	<b>-10,7%</b>	<b>-10,3%</b>	<b>-7,1%</b>
<b>Indústria de transformação</b>	-49,4%	-20,8%	-12,5%
<b>Construção Civil</b>	-41,3%	-37,8%	-29,5%
<b>Extrativa mineral</b>	-10,8%	-28,8%	-14,1%
<b>Comércio</b>	-6,2%	-6,2%	-4,8%
<b>Serviços</b>	-5,4%	-8,5%	-3,5%
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>	3,3%	-5,1%	-4,6%
<b>Administração Pública</b>	11,0%	-5,0%	-5,7%
<b>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	16,6%	18,6%	-0,2%

Fonte: RAIS – Setor IBGE (acesso em 25/06/2018)

## Considerações Finais

Os valores de Royalties e Participações Especiais pagos aos municípios de Maricá e Niterói, que já apresentavam crescimento nos anos de 2013 e 2016, tiveram acentuado incremento no ano de 2017, reforçando a posição destes municípios como “*petrorentista*”, que

Por uma questão exclusivamente de proximidade física com campos petrolíferos ocupam a privilegiada condição de grandes recebedores de rendas petrolíferas, isto sem a necessária presença física dos capitais petrolíferos em seus territórios (SERRA; TERRA; PONTES, 2006, p. 65).

Os grandes volumes de RP estão impactando de forma positiva as receitas orçamentárias, colocando estes municípios em um novo patamar em termos de disponibilidade de recursos financeiros.

Como consequência deste processo, considerando que as RP contribuem com uma parcela bastante significativa para a composição da receita orçamentária municipal, já é possível notar o risco da formação de uma dependência financeira orçamentária crônica, assim como aconteceu com municípios produtores do Norte Fluminense em um passado recente. Em 2017, no município de Maricá, as verbas indenizatórias contribuíram com 68% da receita orçamentária total. É possível perceber que este município já encontra-se caminhando para consolidar uma

importante dependência orçamentária em relação as RP. Já em Niterói a contribuição neste mesmo ano foi de 30%. Embora apresente uma situação diferente de Maricá, considerando o histórico de aumento de contribuição das RP no orçamento municipal, não se pode descartar a dependência orçamentária no longo prazo. Rio

No tocante ao Emprego, percebe-se que o estoque de empregos formais cresce continuamente no período de 2002 a 2014 nos dois municípios estudados, com queda significativa entre os anos 2014 e 2016 na maioria dos setores econômicos. É fato que existe uma coexistência do aumento de empregos formais e o aumento no recebimento das Rendas Petrolíferas nestes municípios. No entanto, não é possível, neste momento, afirmar que haja qualquer relação direta entre estes dois fenômenos. Maricá apresenta um comportamento de crescimento de empregos formais que, em alguma medida, aparentemente, se relaciona com o crescimento populacional. Já em Niterói, que apresenta estimativa de crescimento populacional modesto, menores que o crescimento estadual e nacional, nos últimos 10 anos, tem o movimento do seu estoque de empregos formais mais alinhado com os movimentos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, provavelmente fruto da crise econômica instalada no país desde 2014.

Considerando esses achados, percebe-se que seria prematuro fazer qualquer tipo de afirmativa sobre a relação entre recebimento de volumosas Rendas Petrolíferas e empregos formais, nestes dois municípios estudados. Certamente outros estudos serão necessários para apurar os impactos locais e regionais com a utilização das verbas provenientes do petróleo no médio e longo prazos, não só sobre os empregos, mas também sobre outras dimensões econômicas, sociais, ambientais, geográficas e culturais.

A Agência Nacional de Petróleo define Royalties como uma “compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis”. Já Serra e Leal (2003), definem as verbas indenizatórias provenientes da exploração e produção de petróleo da seguinte forma:

Sendo o petróleo e o gás natural recursos não renováveis, a sua exploração hoje significa uma renúncia impostas as gerações futuras para a utilização dessas riquezas. As referidas participações governamentais deveriam servir,

portanto, como instrumento de ressarcimento às próximas gerações, como recursos, enfim, para promoção de uma política de justiça intergeracional.

E é com base no princípio da justiça intergeracional que se faz necessário o acompanhamento ininterrupto e aprofundado por parte das autoridades, da sociedade civil organizada, bem como da academia, todos unidos pelo propósito de garantir a adequada utilização das Verbas Petrolíferas, não só em Maricá e Niterói, mas por todos beneficiários desta importante compensação financeira.

## **Notas**

<sup>1</sup> Royalties - compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis.

<sup>2</sup> Participações Especiais - compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção.

## **Referência Bibliográfica**

1. ANP - Agência Nacional de Petróleo - acesso em 01/08/2018
2. CAGED. Ministério do Trabalho e emprego Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged>
3. CRUZ, José Luiz Vianna da, Que crise é essa? A queda na arrecadação das rendas petrolíferas nos municípios da região produtora do Estado do Rio de Janeiro. INFOROYALTIES, Campos dos Goytacazes: mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, UCAM, junho/2015.
4. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. PEPBUF Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da federação [online] Disponível na internet via <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Arquivo consultado em 01 de Agosto de 2018.
5. INFOROYALTIES. Campos dos Goytacazes: mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, UCAM, Disponível em: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>.
6. LEAL, J. A.; SERRA, R. Boletim Petróleo, Royalties e Região, Ano 1, Nº1 – pág. 2 – set/2003.
7. MONIÉ, F. e BINSZTOK, Jacob. Geografia e Geopolítica do Petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
8. PINTO JUNIOR, Helder Queiroz et al. Economia da Energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
9. PIQUET, Rosélia; SILVA, Ronaldo Costa. O ciclo da dependência às rendas petrolíferas em municípios do norte fluminense. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense – UERJ – Nº 5, julho/2014.
10. POSTALI, Fernando A. S.; Royalties do petróleo e crescimento municipal: uma avaliação preliminar. In PIQUET, R.; CRUZ, J.; VILANI, R. (Orgs). O Desafio da Abundância 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, p. 219-222.
11. RAIS. Ministério do Trabalho e emprego Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged>
12. SERRA, Rodrigo; TERRA, Denise; PONTES, Carla. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. Revista Rio de Janeiro, n.18-19, jan.-dez. 2006.
13. SERRA, Rodrigo. O sequestro das rendas petrolíferas pelo poder local: a gênese das quase sortudas regiões produtoras. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V. 9, N. 1 / Maio, 2007
14. SILVA, Ronaldo Costa. A antecipação de receitas dos royalties pela Resolução n. 02/2015 do Senado Federal: solução ou medida protelatória? Boletim Petróleo, Royalties e Região: Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XII, nº 48 – Junho/2015
15. SILVA, Ronaldo Costa; Dependência orçamentária em municípios selecionados do norte fluminense. In PIQUET, R.; CRUZ, J.; VILANI, R. (Orgs). O Desafio da Abundância 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, p. 259-269.
16. SILVEIRA, Alcimar Abreu; MOCAIBER, Carlos Filipe; BORGES, Luis H.; CASTRO, Richard. Rendas Petrolíferas, do auge à crise: os efeitos nos orçamentos públicos e na renda Per Capita dos municípios produtores do Estado do Rio de Janeiro. Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – UCAM/2017.

17. TCE-RJ. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudos Socioeconômicos dos Municípios – Edições 2001 a 2016. Disponíveis no sítio <http://www.tce.rj.gov.br>, acessado em 2017.
18. UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. Inforoyalties. Disponível em: <http://www.inforoyalties.ucam-campos.br/>
19. VILANI, Rodrigo Machado; MACHADO, Carlos José Saldanha. Análise da Justiça Intergeracional Como Princípio Norteador Para a Destinação dos Royalties do Petróleo. IX Encontro Nacional da ECOECO – Outubro/2011 - Brasília - DF